
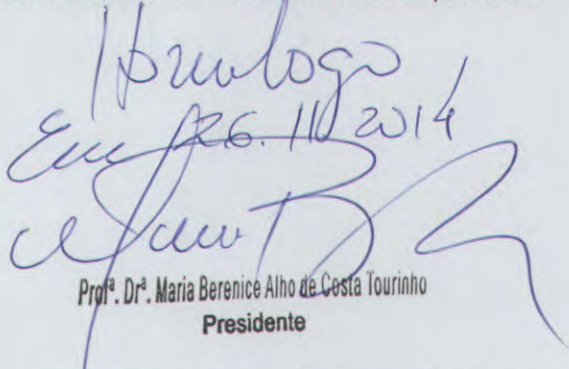
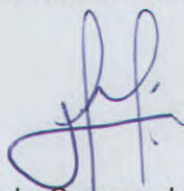


FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA 	Conselho Superior Acadêmico - CONSEA
Processo: 23118.003180/2014-73	Da Presidência dos Conselhos Superiores  26.11.2014 Prof.ª Dr.ª Maria Berenice Alho de Costa Tourinho Presidente
Parecer: 1713/CGR/CONSEA	
Câmara de Graduação – CGR	
Assunto: Proposta de Resolução para Regularizar no âmbito da Unir a Lei n.º 12.711/2012	
Interessado: UNIR	
Relator: Conselheiro Júlio César Barreto Rocha	


Parecer da Câmara:

Na 135ª Sessão ordinária, em 21.11.2014, a câmara acompanha o Parecer 1713/CGR, cujo relator é favorável à proposta, e faz as emendas:

- a) Supressiva: Retirar do parecer as referências à pós-graduação;
- b) Aditiva: que a matéria seja encaminhada à CPG para análise a respeito da entrada de discentes na pós-graduação através das cotas.
- c) Aditiva: Que a matéria seja aprovada em forma de Resolução do Pleno, cujos artigos são as letras "a", "b", "c", "d" e "e" do item III-Conclusão do parecer do relator.



Leonardo Severo da Luz Neto
Presidente

FUNDÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA 	Processo n.º 23118.003180/2014-73
	Parecer: 1713/CGR/CONSEA
Assunto: Proposta de Resolução para Regularizar no âmbito da Unir a Lei n.º 12.711/2012	
Interessado: UNIR	
Relator: Conselheiro Júlio César Barreto Rocha (pedido de vistas)	

I- DA INTRODUÇÃO:

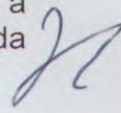
Trata-se este Processo n.º 23118.003180/2014-73 de uma Proposta de Resolução para regulamentar no âmbito da Unir a Lei n.º 12.711/12, de Cotas, convertida em Ato Decisório, n.º 313/CONSEA, de 14 de agosto de 2014.

Como se trata de analisar legislação complexa e controvertida, deveria passar não apenas pela CPPSD, setor que sofreu arguições por parte do MPF, para que se implementasse de modo condizente a seleção de discentes, mas sobretudo necessitaria passar por tramitação tal que abrangesse outras câmaras, como a de Legislação e Normas, visando a uma interpretação mais extensa das leis e decretos, com regulamentação suplementar, atentando-se ainda a alguma espécie de audiência pública, convocando-se pessoas jurídicas e associações presumivelmente interessadas no estabelecimento desta regulamentação pela UNIR.

Claro que, havendo urgência, ainda para aplicação das normas neste ano, tendo os documentos requisitados à CPPSD sido deixados de lado no que se necessitava aportar, pelo seu conhecimento de audiência específica com o órgão do MP, reconstituídos os autos a partir de envio pela titular da CPPSD, arrematamos o assunto aqui, segundo o nosso entendimento particular informado pelas normas todas, certos de que está sendo produzido coletivamente o possível para este momento de prestação universitária das regras de acolhimento do imperativo das cotas, englobado no assunto de assumir o resultado do ENEM, para a entrada de 2015.1.

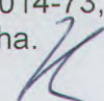
II- DO RELATO:

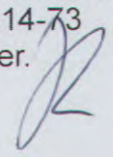
- 1) Despacho n.º 2014/0608/SECONS (fls. 01) à Câmara de Graduação –CGR, ao Presidente, Conselheiro Leonardo Severo da Luz Neto, encaminha Ato Decisório n.º 313/CONSEA, deliberado na 72.ª sessão de 12/08/2014, acompanhado de cópia do Memorando n.º 032/CPPSD/2014, apensada proposta elaborada pela CPPSD, dita de normas para o ingresso nas vagas para os cursos de graduação na UNIR.
- 2) Recebido, em manuscrito, datado de 19/03/2014, para incluir em pauta para sessão de 25/08/2014. (fls. 01, *infra*).
- 3) Ato Decisório n.º 313/CONSEA, de 14 de agosto de 2014, determinando à Câmara de Graduação (CGR) “proceder estudos para o cumprimento na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) dos critérios estabelecidos na Lei n.º 12.711/2012” (fls. 02).
- 4) Memorando n.º 032/CPPSD/2014, da Presidente da CPPSD, à Reitoria encaminha proposta de Resolução para a implementação da Lei n.º 12.711/2012 e destaca a Portaria n.º 18/2012, que trata da reserva de vagas para estudantes oriundos da



escola pública e, dentre os quais, classificam-se os de baixa renda, índios, pardos e negros. (fls. 03)

- 5) (Proposta de) "Normas para o ingresso nas vagas para os cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR", (fls. 04-05). Explicita-se que **não consta** do documento aquilo que se promete em seu encabeçamento (fls. 04), em Anexo, a saber, a Lei n.º 12.711, de 29/08/2012 – Ações Afirmativas; a Portaria Normativa n.º 18, de 18/10/2012 – Ações Afirmativas; e a Recomendação n.º 01/20/2014-01/MPF.
- 6) Despacho n.º 2014/0653/SECONS (fls. 06) à Câmara de Graduação –CGR, ao Presidente Conselheiro Leonardo Severo da Luz Neto, encaminha Memorando n.º 051/CPPSD/2014, solicita Regulamentação da Lei n.º 12.711/2012, conforme despacho n.º 1791/2014/GR/UNIR da Presidência dos Conselhos Superiores para instrução.
- 7) Memorando n.º 051/CPPSD/2014, de 14/08/2014, à Reitora Maria Berenice Alho da Costa Tourinho solicita Regulamentação da Lei n.º 12.711/2012 (fls. 07). Recebido 2266/GR, Gabinete da Reitora, em 18/08/2014, às 12h48 minutos (fls. 07, *infra*).
- 8) Despacho n.º 1791/2014/GR/UNIR, de 20/08/2014, da Presidência dos Conselhos Superiores à SECONS para dar ciência e encaminhar o memorando ao Presidente da Câmara de Graduação (CGR), para "providências que o caso requer", segundo o requisitado pela Conselheira Lúcia Rejane Silva (fls. 08).
- 9) Despacho n.º 2014/0657/SECONS, de 25/08/2014, da Câmara de Graduação – CGR, do Presidente Conselheiro Leonardo Severo da Luz Neto, ao Departamento de Medicina, Conselheira Lúcia Rejane Gomes da Silva, informa que a "Câmara de Graduação, em sessão de 25.08.2014, decidiu encaminhar a matéria para que a proponente junte proposta de resolução para o tema proposto em seu indicativo ao Plenário do CONSEA, em sessão de 12/08/2014 (fls. 09).
- 10) Despacho, manuscrito, da Conselheira Lúcia Rejane Gomes da Silva à CGR, datado de 03/09/2014, que afirma: "Devolvo os autos e esclareço que a proposta de resolução sobre a matéria já foi elaborada pela CPPSD e encaminhada à Reitora em 22/05/14, como consta às fls. 04-05. A CPPSD é o órgão que melhor pode propor a respeito, devendo seu projeto ser apreciado por essa Câmara, fins normatizar os próximos ingressos de alunos na UNIR". Ademais disto, o mesmo Despacho registra que "a referida proposta já inclui a 'Declaração de Manifestação de Interesse' por parte dos candidatos, a partir do preenchimento de 25% das vagas e após a convocação dos aprovados e classificados. Esta declaração tem sido utilizada para agilizar o processo de ingresso em outras IFES, como a UFAC, evitando-se as vagas ociosas da nossa realidade atual" (fls. 10).
- 11) Despacho n.º 2014/0692/SECONS, de 04/09/2014, à Presidência da Câmara de Graduação – CGR, encaminha o Processo n.º 23118.003180/2014-73, ora em análise, para instrução considerando as folhas 10 (fls. 11).
- 12) Correio Eletrônico da Vice-Presidente da Câmara de Graduação (fls. 12) no exercício da Presidência, Professora Eleonice de Fátima Dal Magro, que indica a relatoria de vários processos, dentre eles, o Processo n.º 23118.003180/2014-73, cuja relatoria passa a ficar sob o encargo do Conselheiro Professor Júlio Rocha.



- 13) Despacho n.º 2014/0707/SECONS, de 11/09/2011 (fls. 13) ao Conselheiro Júlio Rocha, encaminha o Processo n.º 23118.003180/2014-73 para análise e parecer. Ao pé, despacho do Conselheiro Professor Júlio Cesar Barreto Rocha à CPPSD, nos seguintes termos: "Para refazer, conforme indicado às fls. 04-05, incluindo minuta/formulário próprio como anexo; explicitando em separados itens cada grupo de vagas por ação afirmativa, agregando fecho da norma proposta & anexo com cópia eletrônica. Em seguida, restituir com urgência", datado de 18/09/2014.
- 14) Sem data de juntada aos autos consta um documento intitulado "**Minuta à proposta de resolução**", datado de 22/10/2014 (fls. 14), em papel da Comissão Permanente de Processo Seletivo de Discente (CPPSD), cujo segundo parágrafo registra: "Encontram-se, em anexo a este processo, os documentos comprobatórios do estudo realizado pela reitoria, CPPSD (COPEVE), DTI e o prof. Gilson Medeiros, estatístico para analisar a real situação dos indígenas, pretos e pardos que se inscreveram e foram aprovados no Processo Seletivo/2014, apresentando assim, uma nova proposta de cálculo para que os índios, pretos, pardos e indígenas sejam contemplados separadamente e concorram entre si, como grupo étnico diferenciado e um número maior dos seus membros seja aprovado no Processo Seletivo da UNIR".
- 15) Correio eletrônico da SECONS ao Conselheiro Júlio Cesar Barreto Rocha que consta o seguinte texto: "Caro Conselheiro, solicitamos que seja mais claro com relação ao seu despacho Processo n.º 23118.003180/2014-73 (ingresso de discentes por cotas). Trata-se de um despacho seu à CPPSD. (...) A CPPSD solicita que seja explícito nas suas solicitações, detalhando o que deseja. A CPPSD aguarda seus esclarecimentos para tomar providências" (fls. 15).
- 16) Resposta ao Correio Eletrônico pelo Conselheiro Júlio César Barreto Rocha (fls. 16) oferecendo-se para despachar sobre o assunto. Em folhas seguintes, constam novamente o anterior modelo de proposta de Resolução, sem data de juntada aos autos, documento "Normas para o ingresso nas vagas para os cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR", novamente sem o Anexo prometido (Lei n.º 12.711, de 29/08/2012 – Ações Afirmativas; Portaria Normativa n.º 18, de 18/10/2012 – Ações Afirmativas; Recomendação n.º 01/20/2014-01/MPF (fls. 17-18).
- 17) Documento "Quantitativo de indígenas inscritos e aprovados nos cursos para o processo seletivo -2014" (fls. 19).
- 18) Documento "Inscritos (Pretos, Pardos E Indígenas) Inscritos e Aprovados por Cota – Processo Seletivo 2014", datado de 25/02/2014 (fls. 20-29).
- 19) Documento "Quantitativo de Cotista Inscritos e Aprovados Nos Cursos Para o Processo Seletivo – 2014", de mesma data (fls. 30-35).
- 20) Documento "Cotas-Etnias – Ingressantes em 2013" (fls. 36-45).
- 21) Documento "Quadro de Distribuição de Vagas Vestibular 2014", datado de 25/02/2014 (fls. 46-47).
- 22) Despacho/2014/0866/SECONS, datado de 24/10/2014, encaminha, após as diligências, o Processo n.º 23118.003180/2014-73 ao Conselheiro Júlio César Barreto Rocha para dar continuidade ao parecer.
- 

III- DA ANÁLISE:

Para consubstanciar os autos, que reconstituímos a partir do envio da Presidente da CPPSD por pdf anexo à sua mensagem de e-mail, **agregamos** a Lei n.º 12.711/2012, e mais o Decreto regulamentador, o Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, e mais, afinal, a Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012, do Gabinete do Ministro da Educação, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino, as cotas, de que tratam as mentadas Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Ainda assim, mesmo que com páginas poucas este feito, pareceu-nos confuso o encaminhamento breve dos documentos que informam este Processo. Primeiramente, sentimos a ausência de algum dos debates que firmaram em outras IFES fases concretas para haver os procedimentos das Ações Afirmativas; e mesmo faltou a Recomendação n.º 01/20/2014-01/MPF, que muito poderiam informar, evitando a expedição de Resolução onde caibam apenas contemplar articulações editalícias.

Ademais disto, nenhuma explicação jurídico-social houve, tanta tinta vertida na imprensa que existe, que pudesse ajudar a guiar a análise da CPPSD, em busca de normas em Resolução (que propôs), e nada se fez presente, seja na peça inaugural deste Processo, seja das razões que embasassem as articulações da Resolução em proposta. Fosse a Recomendação n.º 01/20/2014-01/MPF juntada para que se pudesse compreender as possíveis razões de efetuar-se uma Resolução tal como a trazida à colação, nem com dados da discussão havida na UNIR com membro do Ministério Público Federal, nem veio uma **minuta real de formulário** que deveria haver na CPPSD, sendo chamada de minuta (fls. 14) o que não era minuta. Muita ponta solta.

Do mesmo modo, pareceu-nos também pouco esclarecedora a juntada de muitos documentos, das fls. 46 e 47, por exemplo, que em tese deveria ser a mais substancial, porque ali nada se dispõe sobre **a forma de cálculo** para ter acesso às vagas a cada fatia das cotas a contemplar. Melhor seria uma explicação ou relatório executivo pormenorizado de cada cálculo por etnia ou parcela social, para que pudéssemos verificar se concretamente estar-se-ia a cumprir o imperativo presente nas normas detalhadas da Lei n.º 12.711, de 29/08/2012 e Regulamento.

Entendemos que a CPPSD, ao fim e ao cabo, se sustenta no estudo estatístico do Professor Dr. Gilson de Medeiros, que poderia ser-nos útil se pudesse constar com o citado e inexistente relatório executivo explicando em detalhe, para assim contemplar o apregoado pela norma da Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012, do Gabinete do Ministro da Educação.

Contudo, ao fim e ao cabo da análise destes itens, acreditamos que não devemos ter por base que o levantamento deva ser prévio, dado o que **consta na Portaria Normativa n.º 18**, justamente este impedimento, devendo ser efetuado o cálculo *a posteriori* das inscrições admitidas, com a autodeclaração de condição étnica, negra ou parda, ou ainda da comprovação de renda familiar, conforme se lê, *verbis*:

Art. 8.º- A apuração e a comprovação da renda familiar bruta mensal *per capita* tomarão por base as informações prestadas e os documentos fornecidos pelo estudante, em procedimento de avaliação sócio-econômica a ser disciplinado em edital próprio de cada instituição federal de ensino, observado o disposto nesta Portaria.

Assim, ao que nos parece, salvo melhor juízo, não uma resolução específica, mas o Edital é que deve fazer constar, com formulário (insistimos em que a CPPSD deve minutar

documento deste porte, como complementar a esta nossa deliberação, nada impedindo que não precise já estar presente neste autos), conforme assoma ainda do Parágrafo primeiro do mesmo artigo supracitado:

§1.º- O edital de que trata o *caput* estabelecerá, dentre outros:

I- os prazos e formulários próprios para a prestação e a comprovação dos dados sócio-econômicos pelo estudante, após a confirmação de sua classificação dentro do número de vagas reservadas para o critério de renda;

II- os documentos necessários à comprovação da renda familiar bruta mensal per capita, observado o rol mínimo de documentos recomendados que consta do Anexo II a esta Portaria.

III- o prazo e a autoridade competente para interposição de recurso em face da decisão que reconhecer a inelegibilidade do estudante às vagas reservadas para o critério de renda; e

IV- o prazo de arquivamento dos documentos apresentados pelos estudantes, que será no mínimo de cinco anos.

Portanto, caberá não somente o cálculo posterior, mas ainda aguardar qualquer recurso que se possa apresentar no processo evolutivo desta acolhida das cotas pelo período de cinco anos.

O mais será derivado diretamente da ordem havida muito claramente na própria letra da Lei, que deve constar, com variação redacional pouco diferenciada, no corpo do Edital da Universidade.

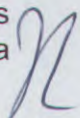
Ademais, não cremos que caiba aprovar o acolhimento de apenas 25% de cotistas, mas precisamente podemos buscar o máximo de adesão dessas parcelas inferiorizadas socialmente, segundo o espírito da Lei de Cotas, ou seja, logo chegando a, "no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas" (Art. 3.º da Portaria), conforme a presença detectada de candidatos autodeclarados índios, negros ou pardos, havidos no percentual dos egressos do sistema público e da parte de vagas reservadas aos estudantes "com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salários-mínimos *per capita*", cabendo dizer da possibilidade de utilização das vagas não preenchidas a candidatos não cotistas, **sempre que se não preencham** com o mínimo de pontuação exigida entre os cotistas.

Do mesmo modo, não entendemos que não se possam abranger as pós-graduações nesta iniciativa da reserva de vagas a cotas sociais, devendo ser incorporada, até porque não proibida, a possibilidade de avançarmos neste sentido na seleção, com previsão editalícia similar à previsão de vagas ao ENEM pelos candidatos à graduação.

Qualquer dúvida na CPPSD ou na sua assessoria específica a esta finalidade poderá ser suprida pelo apoio que venha a ser obtido junto ao Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, criado pelo Art. 6.º do Regulamento da Lei de Cotas, precisamente (também) para este fim.

IV- DO PARECER:

Assim as coisas, trata-se menos do que acolher uma Resolução, salvo melhor juízo, mas somente exigir fazer constar no Edital os ditames previstos na legislação das Cotas, dados um a um, contabilizados ano a ano, conforme as vagas ofertadas cotejadas percentualmente aos dados havidos na resultante do IBGE. Nem poderia ser de outra



maneira, uma vez que ao menos o primeiro item (vagas ofertadas por curso ou turno) é uma dinâmica imprevisível a cada oferta editalícia.

Da mesma forma, nada impede que se passe a cumprir imediatamente o previsto, com cumprimento pleno no percentual do dispositivo do artigo sétimo da Lei das Cotas, admitindo-se a contabilização prévia ano a ano por assessoria específica para o efeito.

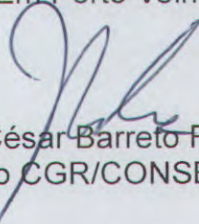
III- DA CONCLUSÃO:

Deduzimos **devermos fazer constar diretamente no Edital as seguintes estipulações obrigatórias**, sem prejuízo da contabilização por assessoria específica para o assunto, no caso concreto anual da previsão de entrada em cada ENEM, levantamento efetuado pela CPPSD, no caso da graduação, ou em cada processo seletivo local, levantamento de competência da PROPESQ, no caso de seleção de pós-graduandos:

- a) Haverá a reserva de 50% (cinquenta por cento) das nossas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, **em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos**.
- b) No preenchimento das vagas de que trata o item anterior, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias **com renda familiar bruta** igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.
- c) As vagas acima serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas da população de Rondônia, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- d) No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos acima, as vagas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- e) **Deve cada Edital** de concurso, seja de seleção à graduação como à pós-graduação, *lato sensu* ou *stricto sensu*, **fazer constar** de forma parcelada, por curso e por turno, quando haja, **o número concreto de vagas reservadas a cada caso** acima, adotando-se um número inteiro imediatamente superior, em caso de haverem decimais.

Este é o nosso Parecer, que apresentamos respeitosamente para ser **aprovado**, smj desta Câmara e do Conselho que o vier a homologar, se for o caso de ali chegar para apreciação honrosa.

Em Porto Velho, 20 de novembro de 2014.



Relator Júlio César Barreto Rocha
Conselheiro CGR/CONSEA